

**- XLIX -****POLÍTICA DE APRIMORAMENTO E VALORIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****Mônica Alves Sally**

NUGEPPE-UFF

monicaalvessally@gmail.com

**Eliel da Silva Moura**

PPGEd-UFF/NUGEPPE-UFF

elielsmoura@gmail.com

O presente estudo se propõe a analisar a trajetória do Decreto 42.793 de 06 de janeiro de 2011, da Secretaria do Estado do Rio de Janeiro SEEDUC/RJ, no período subsequente a sua implementação. A normativa estabeleceu os programas de aprimoramento e valorização dos servidores da educação do Estado do Rio de Janeiro, na perspectiva do Sistema de Governo e na ação e reação das unidades de ensino, espaço onde as políticas efetivamente se materializam.

Em breve contextualização sobre os motivos que culminaram com a implantação do referido Decreto, foi estabelecido recorte o ano de 2010, quando ao serem divulgados pelo Ministério da Educação – MEC, os níveis de aprovação e de rendimento escolar dos alunos matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o Estado do Rio de Janeiro ficou em penúltimo lugar no ranking nacional. Em 2009, o IDEB, chegava em sua terceira edição, uma vez que as extrações ocorreram nos anos de 2005 e 2007, com o propósito de promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro. O objetivo era subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade. (BRASIL, 2018).

O Estado do Rio de Janeiro ficou abaixo da meta nacional em ambos os níveis avaliados, -- tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio- além de apresentar indicadores não compatíveis com as projeções estabelecida para o período.

O indicador não apenas era pífio, como indicava a estagnação de desempenho da Rede Estadual do Rio de Janeiro, que mantinha o mesmo patamar dos anos anteriores (2005

e 2007), quando ocorreram as edições de extração de dados do IDEB. Ou seja, apoiado no referencial podia-se compreender que no mínimo nos últimos seis anos a educação estadual não apresentava evolução.

Além da estagnação no IDEB, todas as taxas de rendimento da extração de dados, incluindo: aprovação, reprovação e abandono, demonstravam ter o Estado do Rio de Janeiro os piores índices de rendimento. Frente ao contexto, deveriam ser estabelecidas propostas concretas de políticas à educação fluminense. Mas, quais seriam tais políticas?

A primeira ação a ser empreendida pelo governo estadual, foi a indicação de nova gestão da pasta, que passou a ser gerida pelo economista Wilson Risolia. Este implementou nos primeiros dias da nova gestão o Decreto 42.793, de 06 de janeiro de 2011, com a estruturação organizativa subdividida em seis áreas estratégicas: 1) Aferição da Qualidade Escolar; 2) Bonificação; 3) Recrutamento e Seleção; 4) Formação e Desenvolvimento; 5) Avaliação de Competências; e 6) Currículo Mínimo, que constituem seis dos sete capítulos do Decreto. No sétimo capítulo desse Decreto – das disposições finais – ficou estabelecido o prazo de trinta dias para reestruturação da SEEDUC/RJ. (RIO DE JANEIRO, 2011).

Dentre as diretrizes a serem implantadas na Rede, o documento estabelecia programas para o aprimoramento e valorização dos servidores públicos da educação, como procedimentos basilares à implementação de medidas que propiciassem o alcance das metas propostas pelo MEC - Ministério da Educação.

Os resultados esperados foram expressos através de metas estabelecidas no planejamento estratégico da SEEDUC, que derivou uma nova lógica na gestão pública da educação estadual, onde era imperioso ter “o indispensável gerenciamento de tais diretrizes”. (RIO DE JANEIRO, 2011).

Ficava evidenciado o controle gerencial em seus princípios, nas formas e procedimentos para o alcance das metas de elevação da qualidade da educação. Embora se tenham níveis de responsabilização sobre os processos, a política tornava todos os envolvidos responsáveis pelo desempenho do trabalho, tornando o Decreto passível de críticas.

Governo e Sindicato apresentavam visões distintas sobre caminhos da educação Estadual, que aqui foram analisadas sob a luz do referencial de Ball (1992) sobre a abordagem do ciclo de políticas (*policy cycle approach*), por permitir “uma análise crítica e contextualizada de programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação no contexto da prática, bem como os seus resultados e seus efeitos.

Segundo Ball (1992), o ciclo de políticas é constituído pela influência, produção de textos, estratégias, prática, resultados, avaliação e efeitos, elementos entendidos como fases ou contextos que exercem forte influência sobre a ação dos profissionais que lidam com a política em nível local nas arenas de disputas. Assim, considerando os conflitos de interesses, as contradições e as hierarquias, o ciclo de políticas revela-se como modelo de interpretação adequado para a análise de políticas públicas formuladas para a educação.

Ainda de acordo com Ball (1992) a política é sujeita à interpretação e recriação, nas arenas de disputa, por aqueles a quem se destina, a partir de suas próprias histórias, experiências, valores e propósitos, o que pode provocar mudanças significativas na política original.

Dessa forma, a abordagem do ciclo de políticas envolve cinco contextos, que por constituírem um processo, não se prendem em dimensões temporais ou sequenciais, porque não são lineares. Como proposição de Ball (1992), esses contextos são: i) contexto da influência, em que os grupos de interesse disputam entre si para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado e em que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política; ii) contexto da produção do texto, arena em que grupos de interesse atuam e competem para controlar as representações da política na formulação dos textos oficiais; iii) contexto da prática, em que a política está sujeita a interpretação e recriação, produzindo efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original; iv) contexto dos resultados, em que são considerados os impactos e interações com as desigualdades existentes; e v) contexto de estratégia política, que envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada.

Na prática o que se constatou foram as inúmeras resistências da classe docente em incorporarem as suas dinâmicas os procedimentos de controle do governo, principalmente no que tange as avaliações externas e nos registros dos sistemas de dados sobre os alunos, questões essas travadas por lutas entre as entidades de classe e os agentes públicos. Mas dentre todas as insatisfações, a que emergia com maior intensidade era a de recusar a culpabilidade pelo desempenho dos estudantes nas avaliações externas. Se é um Sistema a responsabilidade é de todos e não apenas de uma parcela do todo, esta é a expressão mais contundente obtida dos docentes.

**REFERÊNCIA**

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the implementation of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, Stephen. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. *Caderno de Pesquisa*. V. 35, nº 126, set/dez. 2005.

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (org.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) Acesso 30 de setembro 2018.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo Políticas: uma contribuição para a análise de Políticas Educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan. /abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 42.793, de 06 de janeiro de 2011. Estabelece programas para o aprimoramento e valorização dos servidores públicos da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro - SEEDUC e dá outras providências. *Diário Oficial*. 07/01/2011.

RIO DE JANEIRO, Estado do. Planejamento Estratégico: Governo do Estado do Rio de Janeiro 2012-2031. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/RJ, 2012.